

Jean-Philippe Tonneau
*Doutor em Geografia. Pesquisador do CIRAD,
Professor Visitante da UFCG.
tonneau@cirad.fr*

Olívio Alberto Teixeira
*Doutor em Sociologia. Professor da UFS.
teixeira@ufs.br*

POLÍTICAS PÚBLICAS E APOIO INSTITUCIONAL À AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: AGROECOLOGIA E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

RESUMO

Os autores analisam as principais contribuições para a elaboração da estratégia de desenvolvimento do Brasil rural, promovida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Em seguida, propõem um modelo de desenvolvimento e de conversão agroecológica, baseado na intensificação do uso da terra, em contraposição daquela do trabalho, e na autonomia da agricultura familiar. Para os autores, os primeiros resultados das experimentações sociais em curso justificam a hipótese de que é possível imaginar estratégias de desenvolvimento rural originais, que refutam a fatalidade da diminuição da população rural.

Palavras chaves: desenvolvimento rural sustentável, agro-ecologia, agricultura familiar

PUBLIC POLICIES AND INSTITUTIONAL SUPPORT TO FAMILY AGRICULTURE IN BRAZIL: AGROECOLOGY AND STRATEGIES OF RURAL DEVELOPMENT

ABSTRACT

The authors analyse the main ideas that contributed towards the designing of a development strategy for rural Brazil, coordinated by Sustainable Rural Development National Council (CNDRS). After that, they consider an agroecological development model, based on intensification of land use, instead of labour intensification, and on the autonomy of family agriculture. For the authors, the first results of social experiments now in progress justify the hypothesis that it is possible to devise original strategies for rural development. These strategies challenge the idea of an inevitable reduction of agricultural population.

Key words: sustainable agricultural development, agro-ecology, family agriculture

1. POLÍTICAS AGRÍCOLAS OU POLÍTICAS RURAIS?

OS LIMITES DA «MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA»

Indubitavelmente, o Brasil converteu-se numa importante potência agrícola. Nesse sentido, os objetivos do início dos anos 70 foram atingidos. Nos últimos anos, de acordo com o Ministro da Agricultura¹, «o Brasil bateu todos seus recordes».

- a produtividade da agricultura aumentou, desde 1992, em 71%;
- a produção atual de grãos é de 100.000.000 de toneladas;

- em 2001, as exportações agrícolas totalizaram US\$ 24 bilhões;
- em 8 anos, a produção de carne aumentou em 97% na avicultura, em 67% na suinicultura e em 30% na bovinicultura brasileiras;
- o Brasil tornou-se o primeiro produtor mundial de café, de laranjas e de cana-de-açúcar. Hoje, o Brasil possui o mais importante rebanho bovino comercial do mundo. Apesar desse «sucesso» ressaltado pelo senhor Ministro, o modelo da «modernização conservadora»², que inspirou as políticas agrícolas desde o final dos anos sessen-

¹ Cf. discurso do Ministro da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento — Pratini de Moraes — na Cúpula Mundial da Alimentação — 5 anos depois, em Roma de 10 a 13 de junho de 2002 (www.mapa.gov.br).

² Cf. Graziano da Silva (1982). O processo de modernização da agricultura é considerado «conservador» por este autor, na medida em que ele manteve inalterada a estrutura de distribuição da terra no Brasil.

ta, é cada vez mais criticado. Estas críticas traduzem preocupações diversas, mas podem ser agrupadas em três conjuntos principais:

- as críticas econômicas com a queda dos preços, o aumento dos custos dos fatores de produção e a redução do ritmo de incorporações de inovações;
- as críticas ecológicas com o crescimento da quantidade de efluentes lançados ao meio ambiente e dos problemas ligados à sanidade e securização da alimentação;
- as críticas sociais, desde muito expressas. O processo de modernização da agricultura foi também sinônimo de exclusão social. Neste processo, ficou evidente a impossibilidade das cidades e das metrópoles absorverem as populações rurais excluídas, revelando elevados índices de êxodo rural.

Estas preocupações revelam também um questionamento do apoio público ao setor comercial da agricultura. O custo dos subsídios e das transferências diretas e indiretas, embora ele não atinja os mesmos valores da União Européia ou dos Estados Unidos, é extremamente elevado. Mas, estas somas não seriam elevadas demais em função dos fracos alcances em termos econômicos (geração de emprego e renda), sociais e ambientais? Diante dessas críticas, desde a metade dos anos 90; o governo brasileiro optou pelo desenvolvimento de uma política dual. De um lado, o Ministério da Agricultura tem objetivo principal manter a competitividade do setor comercial da atividade, notadamente das empresas. O apoio ao setor empresarial, principalmente daquele voltado para as exportações, continua uma prioridade do governo tendo mobilizado em torno de % do seu orçamento. De outro lado, o Ministério do Desenvolvimento Agrário³, a partir de 1993, tornou-se oficialmente encarregado pela promoção da reforma agrária e do desenvolvimento da agricultura familiar, desta feita, reconhecida enquanto tal pelas políticas públicas.

A agricultura familiar mantém-se, nos últimos trinta anos, ao custo de uma pressão crescente sobre os recursos naturais. Na sua maioria é uma agricultura normalmente marginalizada e sem acesso aos mercados nacionais. Atualmente, ela deve ser mais produtiva e mais intensiva para aumentar sua produtividade e gerir os recursos da natureza. Mas, é também uma forma de produção parcialmente

sustentada pelas aposentadorias rurais e pelas transferências governamentais (bolsas alimentação, renda mínima, educação, ...). Diversas pesquisas demonstram a importância dessas transferências para estabilizar as rendas das famílias rurais e mesmo para reduzir o número de famílias pobres no campo. O princípio que está por trás dessas políticas de compensação social, o qual é, aliás, socialmente admitido, é que é menos custoso e mais sadio de pagar melhor o trabalho dos agricultores do que afrontar uma crise social urbana.

Foi neste quadro que um debate nacional, para definir a estratégia de ação e para reorientar as perspectivas de formulação de um plano de desenvolvimento rural para o país, se consolidou, em particular no seio do Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável — CNDRS⁴. Este debate se realizou através de um conjunto de iniciativas — projetos de pesquisa, seminários, colóquios, etc — mas foi através do NEAD (Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento Rural), vinculado também ao Ministério do Desenvolvimento Agrário — o qual desempenhou um papel fundamental na formatação, difusão e circulação destas discussões — que ele se consolidou. Foram assim publicados: “*O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*” de José Eli Veiga, “*José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem o Brasil precisa de uma estratégia de desenvolvimento*” e as diferentes versões do “*Plano para o desenvolvimento sustentável do Brasil rural*”.⁵

2. COMBATE A FOME, DESENVOLVIMENTO E CIDADANIA RURAL E URBANA

Nos dias atuais, há um consenso social da necessidade de lutar contra a fome e a pobreza, seja rural ou urbana. Na concepção de Graziano da Silva (2001), por exemplo, a luta contra a pobreza é única: uma pobreza (a urbana) é produto da outra (a rural). Elas são, para ele, totalmente articuladas de forma que o mundo rural e o urbano, em última instância, se integram.

Outro consenso social, a ajuda pública deve criar uma dinâmica de desenvolvimento, ela deve colaborar na transformação da questão social em inspiração das dinâmicas

³ A partir de 1993, o Ministério da Reforma Agrária torna-se o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

⁴ O CNDRS — Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável — foi criado com a missão de planejar o futuro do Brasil rural, no mesmo momento da criação do Ministério de Desenvolvimento Agrário em 1993. O CNDRS é composto de representantes de nove ministérios, nove entidades da sociedade civil e mais algumas instituições ambivalentes.

⁵ Cf; respectivamente, na bibliografia, Veiga et alii. (2001), NEAD (2001) et CNDRS (2002).

de desenvolvimento econômico. Trata-se de tentar impulsionar uma espiral positiva, suscitando a criação de empregos e rendimentos perenes, numa palavra: de desenvolvimento econômico. «A transformação do social em eixos do desenvolvimento não significa somente revalorizar os aspectos ditos sociais (a fome, a saúde, a educação, o acesso à água, a habitação e a cultura). Trata-se de conceber programas de investimentos nestes setores, como verdadeiros vetores de crescimento e de transformação econômica e, fundamentalmente, de colocar a dinâmica econômica a serviço dos objetivos e das prioridades macrosociais», a saber, «a inserção social de 56 milhões de brasileiro, subcidadãos que sobrevivem em condições de extrema precariedade (...), a preservação dos direitos ao trabalho e à proteção social dos assalariados (...), a extensão à todos dos serviços e direitos sociais de base, com uma elevação progressiva da qualidade destes serviços e uma participação crescente da população na sua gestão.»⁶

3. QUAL MODELO DE AGRICULTURA FAMILIAR?

Os posicionamentos dos principais participantes deste debate diferenciam-se, essencialmente, quanto ao papel que, num processo desenvolvimento, a agricultura familiar pode — e deve — desempenhar, assim como sobre a natureza do processo de modernização que ela deverá assumir. Ao que tudo indica, as divergências são devidas a três percepções distintas.

Em primeiro lugar, observa-se imprecisões e nuances em torno do conceito de agricultura familiar. Nesse sentido, diversos importantes estudos tentam caracterizar a diversidade da agricultura familiar e, assim, orientar políticas públicas diferenciadas (Mattei, 1999; Neves, 1995; FAO/INCRA, 1995; FAO/INCRA, 2000; Abramovay, 1992; Wanderley, 1990). Mas a questão não é simples. Evidentemente, o conceito de agricultura familiar é federativo e reúne todos em torno de um projeto de sociedade que recusa a continuidade de um modelo de modernização, a partir do viés da agricultura patronal em que se concentra cada vez mais terra e rendimentos, excluindo a maior parte das populações agrícolas e rurais, condenadas a deslocarem-se, crescentemente, para as cidades e para a marginalização social. Todavia,

este conceito pode ter um sentido fluído, muitas vezes próximo da «pequena produção», agrupando um conjunto de agricultores não patronais: desde o tipo de empresas familiares integradas em maior ou menor grau aos mercado, passando pelos «pequenos proprietários», preocupados fundamentalmente com a auto-suficiência, e incluindo por fim categorias de trabalhadores rurais, sempre sem terra e às vezes sem emprego permanente. Para alguns outros, o termo tem um sentido estrito: designa apenas as empresas familiares. Em todo caso, a ausência de precisões e esclarecimentos provocam uma confusão sobre os beneficiários dos programas públicos de apoio à agricultura familiar e, por consequente, sobre o conteúdo destes programas⁷.

Desta forma, por exemplo, pode-se perceber que as críticas de Graziano da Silva (2001) ao projeto de Veiga et alli (2001) — projeto de um desenvolvimento rural independente de um projeto de desenvolvimento do Brasil na sua globalidade e recusa da diversificação como panacéia para a consolidação da agricultura familiar — estão fortemente baseadas numa interpretação de que as políticas públicas serão dirigidas a uma elite, podendo se modernizar. No entanto, as críticas parecem injustas, pois Veiga et alli (2001) encaram uma assistência global aos diversos segmentos do meio rural.

Em segundo lugar, encontram-se as dificuldades de se propor programas nacionais, pensado a partir de referências à situações e experiências obrigatoriamente localizadas e diferentes entre si. Diversos estudos comprovam que a dinâmica e as relações entre os setores econômicos, entre os espaços rural e urbano, entre a agricultura familiar e a agricultura patronal são específicas das regiões, ou mesmo das localidades, sendo, no mínimo, difícil determinar regras mais gerais.⁸

Enfim, em terceiro lugar, as dificuldades mais fundamentais: a relação entre a agricultura e o desenvolvimento. De acordo com Veiga et alli (2001), é a agricultura a responsável deste não-desenvolvimento, ou mais especificamente, o desenvolvimento dual dos modos específicos de produção do Brasil, notadamente uma agricultura a base do latifúndio nas regiões marginalizadas e uma agricultura patronal de exportação nas regiões integradas. Ressalte-se que os dois sistemas são caracterizados pela con-

⁶ Cf. (Mercadante & Tavares, 2002).

⁷ A reforma agrária por exemplo, deverá ou não estar integrada neste tipo de programa? Veja em particular Belik (1999), Rosa (1998) e Sabbato (2000).

⁸ Por exemplo, veja esta discussão, para o caso do PRONAF, em VIANA (1998) e AQUINO & TEIXEIRA (2002).

centração de riqueza e sua evasão das zonas de originais de produção. (Tonneau; Clouet & Caron, 1997). Abramovay (2000), Vilela (2000) e Veiga (2002), entre outros, demonstram, no entanto, que o dinamismo econômico dos municípios brasileiros nos quais se desenvolvem atividades diversificadas se apoia numa agricultura familiar pujante. A lógica subjacente ao modelo da diversificação exige que sejam diversificadas, as atividades, os recursos, os produtos, mas, acima de tudo, é preciso diversificar a agricultura.

4. UMA PLURIATIVIDADE NOS MOLDES DO MODELO EUROPEU?

As percepções divergentes discutidas logo acima representam propostas de desenvolvimento distintas, as quais, por sua vez, põem em evidência papéis diferentes para a agricultura familiar. A estratégia proposta por Veiga et al (2001) por exemplo, preconiza uma ajuda diferenciada ao segmento, a qual passaria pelo apoio à produção agrícola, visando o enfrentamento da competitividade dos mecanismos de mercado e à diversificação das demais atividades rurais (não necessariamente agrícolas). Esta estratégia parece não admitir a possibilidade de que possa existir nenhuma alternativa a intensificação clássica da produção, baseada sobre a utilização de insumos modernos e mecanização das atividades para a intensificação do trabalho. De fato, a proposição de Veiga et al (2001) faz referência a um modelo de desenvolvimento rural urbanizado, porém controlado, ao redor de pequenas cidades, onde uma agricultura moderna, diversificada, imaginada para corrigir os excessos mais flagrantes em termo ambientais e sociais, à escala humana da exploração familiar, integra-se num meio onde as atividades diversificadas do setor secundário e de serviços (turismo, residências secundárias, etc) estão largamente presentes. (Gervais et alii, 1977 e Braudel, 1986)

É preciso reconhecer entretanto que este modelo possui o mérito de refutar, ao mesmo tempo, os desertos humanos da especialização monoprodutora em excesso (com concentração da pobreza nas cidades) e os territórios marginalizados de uma agricultura de subsistência, praticada nos limites da sobrevivência, sinônima de miséria rural. O modelo é, sem dúvidas, sedutor. Ele é diretamente inspirado dos países desenvolvidos e de suas tentativas de reconciliar agricultura, serviços e preservação dos recursos naturais, integrando, além de uma resposta direta às necessidades elementares das populações (serviços básicos),

a idéia de multifuncionalidade da agricultura e dos territórios rurais.

Formulado no âmbito europeu no início dos anos 90, este conceito refere-se ao conjunto os produtos e serviços criados pela atividade agrícola com benefícios para a economia e a sociedade como um todo. A idéia de multifuncionalidade da agricultura permite refletir nas modalidades de gestão das externalidades negativas, da produção das externalidades positivas e de bens públicos. Da mesma forma, ela faz referência também a um projeto coletivo localizado, em que se trate da valorização dos ativos específicos dos territórios pelos seus habitantes ou mais globalmente de um projeto de sociedade. (Bonnal, Lösch & Bainville, 2000; Soares, 2000 e Aldington, 1998).

No entanto, não se deve esquecer as condições iniciais e de base desta reestruturação produtiva no caso da Europa. Nestes países, os empregos agrícolas representam apenas uma pequena parte dos empregos rurais e as atividades de diversificação produtiva são criadas principalmente por transferências oriundas das cidades. Além do mais, os níveis de educação formal e profissional da população, e por conseguinte, sua capacidade de inovação é relativamente mais elevada.

Estas condições não parecem ser as mesmas encontradas nos territórios do Brasil, principalmente no nordeste e em sua porção semi-árida. Por aqui, o emprego agrícola continua a ser majoritário e as possibilidades de diversificação são limitadas ao mesmo tempo pela taxa de desemprego das cidades e pelo reduzido nível de educação das populações rurais. Ao que tudo indica, ainda que a generalização dos serviços públicos básicos (saúde, educação, etc.) possa permitir, nos próximos anos, a criação de novos empregos, esta continuará, no médio prazo, a estar limitada, pois o processo continuará a ser lento, difuso e se estender em muito tempo sobre vários anos.

Além disso, as especificidades locais determinarão e limitarão as possibilidades de desenvolvimento (Sabourin & Teixeira, 2002): quais vantagens comparativas teria o ecoturismo em Campo Formoso por exemplo? Porque uma empresa industrial privada se instalaria em Ouricuri? Ao que parece, a dimensão do território brasileiro limita os efeitos da continuidade urbana e rural, dentre os quais a Bélgica e os Países Baixos são os exemplos mais impressionantes. Mas a densidade demográfica atinge, neste caso, em torno de 1000 h/km² e a aldeia mais afastada das Ardenas localiza-se a apenas uma hora de auto-estrada de Bruxelas.

As possibilidades de desenvolvimento da multifuncionalidade no Brasil parecem, assim, limitadas pelas dificuldades de acesso à informação, aos auxílios, à inovação e ao capital. O Brasil poderá enfim mobilizar os recursos públicos necessários à remuneração ou ao apoio de outras funções da agricultura além da produtiva? Isto não é, de forma nenhuma, evidente, pois os apoios públicos para a agricultura familiar estão de fato fortemente concentrados sobre as transferências públicas (aposentadorias, bolsa escola, bolsa alimentação, etc.).

5. EMPREGO RURAL, EMPREGO AGRÍCOLA

De fato, a pertinência do modelo proposto por Veiga et al (2001) depende da capacidade de criação de empregos não agrícolas, capazes de absorver todos já excluídos (notadamente os trabalhadores rurais sem terra), mas também os excluídos de amanhã pelo processo de modernização, ainda que seja limitada e controlada.

As principais críticas concentram-se sob este aspecto. Para Graziano da Silva (2001), o modelo conduz à agricultura familiar — que ele compreende de maneira restritiva: «os potencialmente viáveis» — se apropriar das oportunidades de criação de empregos em detrimento das outras classes sociais. Ele propõe um aumento dos rendimentos do trabalho em geral (seja agrícola, rural ou urbano), ao mesmo tempo por um aumento dos salários e dos empregos. Este aumento teria por efeito indireto, segundo o autor, aumentar a competitividade da agricultura familiar. Mas Graziano da Silva (2001) não explica como criar estes empregos e, menos ainda, não precisa qual será o número deles.

A proposta central de Graziano da Silva (2001) consiste em procurar novas oportunidades de articulação entre o rural e o urbano, entre o agrícola e o rural. A opção é alimentar as populações desfavorecidas das cidades pela agricultura familiar, organizando cadeias curtas de maneira para garantir que o valor agregado seja mobilizado e aproveitado pelos atores diretamente implicados (agricultores e urbanos) e evitar assim a concentração da riqueza. De fato, a ligação entre agricultura e pobreza depende principalmente das subvenções e a ajuda. Graziano da Sil-

va (2001) defende o melhoramento e a extensão do modelo de cheques de alimentação que permitam combinar luta contra a pobreza e políticas de reestruturação dos setores agrícolas⁹.

Esta proposta possui a vantagem de consolidar globalmente a agricultura familiar e permitir uma diversificação a partir de uma agricultura consolidada, como sublinha Abramovay (2000) entre outros. Mas esta proposta não parece resolver a contradição principal da modernização brasileira. Isto é, os meios financeiros recuperados pela agricultura familiar não contribuirão para um aumento da produtividade ao hectare, da concentração de terras, e para a exclusão dos agricultores incapazes de seguir a corrida ao rendimento, nesta tensão permanente entre capitalismo e proletariado que conhece a agricultura familiar (Sidersky, 1989)?

6. UMA OUTRA MODERNIDADE: A INTENSIFICAÇÃO PELO TRABALHO

Concordando com as orientações globais de consolidação da agricultura familiar, Jean Marc Van der Weid (Weid, 2001) as complementa a partir de uma reflexão sobre o modelo de modernização. Este modelo, segundo o autor, articula-se a partir da intensificação da terra e não do trabalho e por isso, é sinônimo de exclusão. Weid (2001) cristaliza uma certa repulsa pela continuidade da pesquisa sobre a competitividade. Esta postura apóia-se sobre um certo número de hipóteses centrais:

- O setor agrícola é, e deverá continuar assim ainda por longo tempo, o principal empregador nas zonas rurais. As alternativas de emprego são bastante raras.
- Uma agricultura familiar, com fraco consumo de insumos e forte investimentos em trabalho, pode manter um nível de emprego rural elevado e assim evitar o crescimento dos desequilíbrios territoriais e sociais ligados à forte urbanização. Dessa forma, ela pode ser concorrencial economicamente¹⁰ — para garantir a segurança alimentar das populações rurais, via o auto-consumo, e também das populações carentes das cidades — mais eficaz na gestão dos recursos naturais e mais justa socialmente.

⁹ Tal concepção é um das linhas mestras do Programa Fome Zero implantado pelo governo Lula a partir de janeiro de 2003.

¹⁰ As análises econômicas clássicas habitualmente somente levam em consideração a parcela monetária da produção e da renda. Estas análises ignoram o auto-consumo e as outras atividades e funções não remuneradas monetariamente. Por outro lado, os custos das externalidades negativas (poluição por exemplo), não são contabilizados.

- Dentro de certas condições, as políticas sociais do Estado (aposentadoria, bolsa-escola, bolsa alimentação, etc.) e as rendas oriundas da pluriatividade das famílias podem ser investidos na produção agrícola.

É justamente nesta perspectiva que o modelo agroecológico deve ser estudado. Este modelo pretende estabelecer as bases para um desenvolvimento autônomo da agricultura familiar, utilizando os bens e recursos naturais da melhor (mais racional?) forma possível? O princípio de base do modelo agroecológico constitui-se em explorar racionalmente a diversidade biótica e abiótica dos territórios rurais. Do ponto de vista agrônomo, trata-se de incentivar a produção de uma quantidade de biomassa importante e diversificada, em todos espaços da unidade de produção, que se apóia sob a biodiversidade e permite otimizar a relação solo / luz / água. O volume de biomassa produzido permitirá, ao mesmo tempo, responder a um conjunto de necessidades (autonomia e auto-suficiência da produção, da comunidade e dos territórios regionais) e de gerir melhor o capital ecológico, em particular a fertilidade dos solos, e os recursos hídricos. (Glieman, 2000)

O modelo agroecológico é construído se mobilizando e articulando os conhecimentos práticos e técnicos dos agricultores, confrontando-os aos conhecimentos científicos. Este modelo possui portanto uma forte necessidade de uma mobilização de pesquisa aplicada. demais, modelo mobiliza bastante informação de capital humano e supõe um investimento em mão de obra importante. A gestão da complexidade exige portanto o desenvolvimento de uma grande competência dos agricultores na gestão do espaço, dos recursos e do tempo de trabalho. De fato, o aumento da produtividade pode ser importante (em redor de 100 %) ainda que os rendimentos de partidas são baixos. (Silveira, Petersen & Sabourin, 2002)

Nesse sentido, escolher o modelo agroecológico representa, para o agricultor, assumir um processo de aprendizagem — individual e coletivo — que o obrigará à desenvolver suas competências de adaptação, a partir da experimentação. A reorganização e a invenção de novos serviços «alternativos» exigem a realização de montagens político-institucionais complexas.

Sinteticamente poderia-se dizer que, utilizando e favorecendo a biodiversidade, a partir de sistemas de produção e de gestão racionais, baseados sobre um forte investimento humano (competências, *savoir-faire* e trabalho) e necessitando de consideráveis esforços de pesquisa aplicada e de financiamentos para um período de transição ecológico, o modelo agroecológico permite a realização de

uma elevação na produtividade do trabalho, pois ele possui uma fraca dependência de insumos exteriores. O resultado da implementação deste modelo é a produção de produtos competitivos capazes de responder, através de cadeias curtas que sejam criadoras de emprego, a crescente demanda das populações das cidades, na sua diversidade, a base da alimentação -subvencionada — das populações marginalizadas e aos mercados emergentes do tipo orgânico. O trabalho em torno da construção da inovação técnica e da constituição de redes de difusão, de poupança coletiva e de crédito permite desenvolver uma nova institucionalidade, caminho para um desenvolvimento mais humano e pleno de cidadania. (Silveira, Petersen & Sabourin, 2002)

7. UM PROJETO DE VALORIZAÇÃO

Há mais de duas décadas diversos atores da sociedade civil (ONGs, sindicatos, fundações, etc) colocam em prática as hipóteses e opções estratégicas do modelo agroecológico. De fato, a riqueza e a diversidade dos recursos biológicos, a capacidade de adaptação da agricultura familiar, a riqueza do *savoir-faire* popular, a capacidade de análise e o interesse pela realização de experimentações manifestados pelos agricultores engajados num processo de desenvolvimento do modelo agroecológico, atestam a existência de resultados extremamente promissores, embora ainda numa escala reduzida (Farrington, 1999).

A partir de certas condições, portanto, uma política pública de conversão ao modelo agroecológico poderá contribuir para a emergência de uma agricultura familiar, estável e autônoma, ainda mais, neste momento, em que a sociedade brasileira como um todo se mostra mais receptiva e favorável a opções de políticas públicas mais justas socialmente e menos custosas para o meio ambiente. Nessa perspectiva, os desafios atuais são dois: consolidar os resultados parcialmente obtidos e elaborar uma política pública alternativa. Para isso, sem dúvidas, as barreiras continuam numerosas, pois o modelo convencional persiste dominante técnica, econômica, social e politicamente. O reconhecimento do modelo agroecológico como objeto de estudo pela academia científica é raro, ainda mais que a opção metodológica do modelo agroecológico de estabelecer um forte elo de diálogo com os agricultores questiona diretamente certas concepções científicas da «ciência normal». Além disso, a falta de dispositivos sistemáticos de acompanhamento e de avaliação das experiências tornam a demonstração aleatória e

de difícil comprovação. (Sabourin, 2002)

Ao que parece, nos dias atuais, os projetos agroecológicos, e o próprio movimento, devem construir sua legitimidade e vencer socialmente e, portanto, tornar sua estratégia e suas ações de desenvolvimento melhor conhecidas. Por isso, a sistematização das experiências e dos conceitos que são construídos persiste uma prioridade principal, a qual passa, em primeiro lugar, por uma melhor explicitação do próprio conceito de agricultura agroecológica — seguidamente confundida com agricultura orgânica — e uma maior definição do projeto de «desenvolvimento rural que se quer para agricultura familiar», o que justifica a opção agroecológica.

A segunda tarefa prioritária para o modelo agroecológico é a sistematização dos métodos utilizados. A agroecologia é uma *démarche* que privilegia a esfera do local, o específico e a descentralização do trabalho intelectual. Sua ambição central não é a de difundir conhecimentos, mas de construir conceitos e métodos que possam permitir a suas adaptações em situações particulares, graças a experimentação, pelos próprios agricultores. O modelo agroecológico se constroi a partir de parcerias e sinergias entre os atores sociais locais, através de um processo permanente de comunicação e diálogo. A informação e sua gestão são, portanto, essenciais.

8. COMENTÁRIOS FINAIS

O debate atual que invade a cena brasileira sobre a agricultura familiar e as políticas públicas é exemplar, suficientemente raro e por isso, merece ser ressaltado. Este *paper* procurou resgatar a realidade rural, principalmente a nordestina, que não pode negligenciar-se de uma perspectiva de integração pelo mercado. As pesquisas em prol da elevação da competitividade da agricultura familiar conduzem aos mecanismos de exclusão e à criação de uma categoria pouco numerosa de agricultores familiares capitalizados. Trata-se do modelo de modernização das agriculturas dos países da Europa e dos Estados Unidos e coloca, acima de tudo, o problema da integração dos excluídos do desenvolvimento, pois as proposições de criação de empregos rurais não agrícolas ou de tratamento social do problema são pouco convincentes.

Por outro lado, os primeiros resultados do modelo agroecológico parecem ser bastante promissores e justificam as hipóteses da possibilidade de estratégias de desenvolvimento rural bastante originais e que refutam a fatalidade da diminuição da população rural. Mas para

fornecer mais crédito a este modelo, um grande esforço de sistematização e de valorização dos resultados deve ser realizado. Em síntese, a agroecologia parece permitir a manutenção e a reconstituição dos quatro capitais principais reconhecidos necessários para o desenvolvimento rural: capital ecológico, capital econômico, capital humano e capital social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R., *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*, São Paulo: Hucitec-Anpocs, 1992.

ABRAMOVAY, R., Agricultura, diferenciação social e desempenho econômico, in: *Seminário «Desafios da pobreza rural no Brasil»*, Rio de Janeiro, 30-31 de maio de 2000.

ALDINGTON, T. J., *Multifunctional agriculture: a brief review from developed and developing country perspectives*, Roma: FAO, 1998.

AQUINO, J. R. & TEIXEIRA, O. A., Agroecossistemas familiares, sustentabilidade e políticas de crédito: os mediadores institucionais locais do PRONAF em São Miguel-RN, in: *CD-Rom: V Simpósio Latino-Americano sobre Investigação e Extensão em Sistemas Agrários / V Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção «Agroecossistemas, Agricultura Familiar e Agricultura orgânica»*, SBSP, Epagri-SC, UFSC, EMBRAPA, Florianópolis, Brasil, 20 a 23 de maio de 2002, 13p.

BONNAL P, LOSCH B, BAINVILLE S., Points de repères sur la multifonctionnalité de l'agriculture: les dimensions nationales et internationales du débat, in: *Actes du Séminaire multifonctionnalité de l'agriculture et mise en place de CTE dans les DOM*, Guadeloupe, 21 au 24 novembre 2000.

BELIK, W. *Avaliação da operacionalização do programa PRONAF*. Mimeo: Campinas, 1999.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (CNDRS), *I Plano nacional de desenvolvimento rural sustentável (versão preliminar)*

nar), Brasília: Convênio FIPE-IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2002.

FARRINGTON, J., *Farmer participation in agricultural research and extension: lessons from the last decade*, London: ODI, 1999.

FAO/INCRA, *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília: Projeto UTF/BRA 036, 1996.

FAO/INCRA. *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Brasília, 2000.

GERVAIS M; JOLLIVET M. & TAVERNIER Y., *Histoire de la France rurale, Tome IV (la fin de la France paysanne — depuis 1914)*, Paris: Editions du Seuil, 1977.

GLIESMAN, S.R., *Agroecologia; processos ecológicos em agricultura sustentável*, Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, J. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento? in: NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DE DESENVOLVIMENTO (NEAD), José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem o Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília: MDA/CNDRS/NEAD, 2001, pgs. 5-52.

MATTEI, L. Produção familiar: velhas e novas questões, in: *III Encontro Anual da Sociedade de Economia Política*, Porto Alegre: SEP, julho de 1999, mimeo.

MERCADANTE, A. & TAVARES, M.C. Eixos estratégicos de um novo modelo econômico, dans: *Revista Teoria e Debate*, São Paulo, 2002.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: questões metodológicas, in: *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária — ABRA*, N. 2 e 3, Vol. 25, maio-dez 1995, pgs. 21-36.

NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DE DESENVOLVIMENTO (NEAD), José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem o Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília: MDA/CNDRS/NEAD, 2001, 110p.

Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 02, p. 295–303, jul./dez. 2002

ROSA, S. L. Couto. Os desafios do PRONAF: os limites de sua implantação, in: *Raízes*, Ano XVII, N.º 17, junho de 1998, pp. 89-95.

SABBATO, A. D. *O público-alvo do crédito rural do PRONAF: estimativa a partir dos dados do Censo Agropecuário do IBGE de 1995-1996*. Brasília: Projeto UTF/BRA/051/BRA, setembro de 2000.

SABOURIN, E. & TEIXEIRA, O. A. (ed.), *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: métodos, experiências, controvérsias*, Co-edição CIRAD / Embrapa Informação Tecnológica / UFPB: Montpellier-Brasília-Campina Grande, 2002.

SABOURIN, E., Manejo da inovação na agricultura familiar do agreste da Paraíba: o sistema local de conhecimento, in: SILVEIRA, L.; PETERSEN, P. & SABOURIN, E. (orgs.), *Agricultura familiar e agroecologia no semi-árido: avanços a partir do agreste da Paraíba*, Rio de Janeiro/AS-PTA, 2002, pgs. 177-199.

SIDERSKY, P., *Mercado e reprodução da unidade camponesa: estudo de caso sobre pequenos produtores de abacaxi da Paraíba*, Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Dissertação de Mestrado, 1989, 264 p.

SILVEIRA, L.; PETERSEN, P. & SABOURIN, E. (orgs.), *Agricultura familiar e agroecologia no semi-árido: avanços a partir do agreste da Paraíba*, Rio de Janeiro/AS-PTA, 2002.

SOARES, A. C., A multifuncionalidade da agricultura familiar, in: *Proposta*, N.º 87, dezembro de 2000.

TONNEAU, J-P., *Modernisation des espaces ruraux et paysanneries: le cas du Nordeste Brésil*. Nanterre: Université Paris X, Thèse, 1994, 297p.

TONNEAU, J.-P.; CLOUET, Y. & CARON, P. L'agriculture familiale au Nordeste (Brésil). Une recherche par analyses spatiales, in: *Natures Sciences Sociétés*, vol. 5, nº 3, 1997, pgs. 39-49.

VEIGA, J. E. et alii., *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Brasília: Convênio FIPE-IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

VEIGA, J. E. *Cidades imaginárias (O Brasil é menos rural do que se imagina)*. São Paulo: Edi. 2002.

VIANA, J. A. S., O crédito rural do PRONAF e os desequilíbrios regionais, in: *Revista Bahia Agrícola*, v.2, n.3, novembro de 1998.

VILELA, S. L. O. *A importância das novas atividades agrícolas frente a globalização: a apicultura no estado do Piauí*. Teresina: Embrapa Meio Norte, 2000.

WANDERLEY, M. N. B., A produção familiar na agricultura brasileira: notas preliminares para um estudo comparativo, in: *XIV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS)*, Ronéo: Caxambu, 1990.

WEID, J. M. V. D., Qual estratégia para o desenvolvimento rural? in: NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DE DESENVOLVIMENTO (NEAD), *José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem o Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*, Brasília: MDA/CNDRS/NEAD, 2001, pgs. 53-70.